

(IM)PROVÁVEIS RELAÇÕES: O POVO E OS REPUBLICANOS ENTRE O FINAL DO IMPÉRIO E O INÍCIO DO SÉCULO XX

*Flavia Braga*¹

RESUMO: Este artigo buscou estudar de que forma os republicanos ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX conviveram e caracterizaram o que, para eles, poderia ser denominado “povo”. Desta forma, valendo-se de bibliografia secundária, jornais, charges e poemas, intentamos compreender de que forma o movimento republicano brasileiro – especialmente a partir da “geração de 1870” – percebeu, categorizou e compartimentou aqueles aceitáveis como “cidadãos” daqueles a serem rejeitados na futura República.

PALAVRAS-CHAVE: Republicanismo; Povo; Geração de 1870.

Zé Povo é um ilustre personagem de boa parte das revistas ilustradas produzidas no Brasil do final do século XIX ao início do século XX. Na maior parte das vezes, Zé é oprimido ou vitimizado pelos senhores ilustres da sociedade brasileiras, em outras, é o grande símbolo de orgulho do país (Representando o conjunto da nação, como o “povo brasileiro”). Na imagem abaixo, ele reclama “*Sim sim! Sou o Atlas da República, mas é preciso que o governo não me enfraqueça, nem me sobrecarregue muito... do contrário, não agüento... e vai tudo por água abaixo!*” Mas quem Zé Povo representa?

¹ Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós Graduação em História, e-mail: flaviabrunabraga@gmail.com



Figura 1 - Revista O Malho: edição de aniversário dos 15 anos da República²

De acordo com Guilherme Mendes Tenório³, é difícil delimitar os brasileiros representados pelo personagem, principalmente porque parte de uma visão da elite sobre o “povo”, e portanto, passível a pré-conceitos. Está aí um dos grandes desafios para os historiadores da República: quem é o “povo⁴” tão aclamado nas propagandas? Um dos indícios utilizados pelo autor é buscar quem era o público leitor *d’O Malho*. Entre eles, trabalhadores da Central do Brasil, chefes de linha, carroceiros, motoristas e porteiros⁵. Mas ainda assim permanecemos com uma dificuldade: quem era o povo na visão do próprio povo? Como esses brasileiros se auto-proclamavam? Esta resposta ainda está para ser esclarecida, visto que a esmagadora maioria dos documentos e

² O Malho, 12 de novembro de 1904. Nº 113. Fundação Casa de Rui Barbosa. – A imagem foi tratada pela autora para melhor visualização.

³ TENÓRIO, Guilherme Mendes. **Representações dos populares nas revistas ilustradas**. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-Rio, 2008.

⁴ Importante fazer a diferenciação entre Povo que designa uma “etnia” ou “população” de um Estado (brasileiro, germânico, gaulês, alemão...) e povo, este último é o nosso objeto de análise.

⁵ Ibid. p.8-9.

testemunhos que chegou até nós foi produzido por pessoas que, muitas vezes, não fazem parte deste “povo” que Zé busca representar. O esforço de compreender quem era o “povo”, acaba-se delimitando a uma visão de elite.

N’O *Malho*, o Zé Povo se põe em primeira pessoa ao dizer “Os homens graúdos falaram a meu favor contra a vacina obrigatória; mas os tais senhores jornalistas botaram a boca no mundo contra os defensores do meu sossego”⁶. Apesar de ser uma crítica à vacina de Oswaldo Cruz em 1904, tem-se nas entrelinhas que o “povo” não é nem gente graúda e nem jornalista – na visão do cartunista – o que parece indicar que a visão de “povo”, que vem desde o final do século XIX, são aqueles desprovidos de poder, qualquer poder. Trabalhadores, suas esposas e filhas, os malandros, os moleques soltos nas ruas, as prostitutas, etc.

O personagem do Zé Povo não é brasileiro, foi criado por Rafael Bordalo Pinheiro com o nome original de Zé Povinho em Portugal, em 1875, numa crítica ao sistema monárquico que transformava as pessoas pobres em incapazes, menores, vítimas da Carta de 1826 que instituiu o parlamentarismo. Povinho porque pequeno, só seria povo com a República. Transportado para o Brasil, Zé Povinho foi chamado até de Zé Bocó pela revista *Tagarela*⁷. Pedro Krause Ribeiro⁸, em pesquisa sobre o personagem, listou os seguintes jornais que o utilizaram de forma explícita

Título	Localização	Periodicidade
<i>Zé Povinho</i> : jornal da arraia miúda	Rio de Janeiro, RJ	31 dez.1879
<i>Zé-Povinho</i>	Pelotas, RS	1882-1883
<i>Zé Povinho</i> : órgão do <i>Club da Rua</i>	Fortaleza, CE	1889-1890
<i>O Charuto</i> : órgão do Zé Povinho	Fortaleza, CE	1891-1904
<i>O Tabuço</i> : órgão do Zé Povão	Fortaleza, CE	10 fev.1900
<i>O Zé Povinho</i> : jornal cáustico e pândego	Petrópolis, RJ	1901
<i>Zé Povinho</i> : semanário livre e humorístico	Natal, RN	02 fev.1905

Tabela 1 - Jornais que utilizaram o personagem Zé Povinho

Fonte: RIBEIRO, Pedro Krause. *Jornais de Zé Povinho: os usos do personagem de Bordalo Pinheiro nos periódicos do século XIX e XX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011. P.10.

⁶ RIBEIRO, Pedro Krause. **O “povo” na retórica da charge: Zé Povinho e Zé povo na Imprensa Luso-Brasileira (1875-1907)**. Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2009. P.1041.

⁷ Ibid, 2009.

⁸ RIBEIRO, *Op. Cit.*. 2011. P.10.

Eduardo Silva, ao estudar o perfil dos queixosos na coluna As Queixas do Povo no *Jornal do Brasil* na primeira década do século XX, faz uma análise de quem seria esse “povo” que dá nome à coluna e ao Zé Povinho de Arthur Azevedo

Trata-se de um trabalhador pobre ou remediado, de cor e idade não explicitadas pelos documentos. Pequeno comerciante, ambulante, policial, trabalhador do Estado ou dos transportes urbanos, expressa-se principalmente como individualidade, embora seja perfeitamente capaz de organizar-se ao nível da rua, de bairro, ou mesmo por categorias profissionais para providenciar acerca de problemas comuns e imediatos. Aperta-se inicialmente em cortiços e outras habitações coletivas que se localizam na estreita área das freguesias centrais, junto ao porto, ao comércio, ao trabalho⁹.

A utilização freqüente das revistas ilustradas para tentar aproximar o historiador do que seria o povo é um dos caminhos possíveis. Lúcia Maria Paschoal Guimarães, estudando a *Semana Ilustrada*, a primeira dessas revistas feitas no Brasil em 1860, diz que “por meio da imagem, buscava atingir tanto o público letrado quanto o não-alfabetizado, que na época, por sinal, constituía a maior parte do povo”¹⁰. Os personagens da revista parecem indicar qual era a visão dessa elite: o Dr. Semana é um homem ilustrado, mas que dialoga com seu fiel escudeiro, um jovem negro de libré, chamado de O Moleque. Esses dois personagens foram os protagonistas das conversas políticas e sociais afiadas de Henrique Fleiüss, artista prussiano. De caráter popular, a *Semana Ilustrada* foi um sucesso de vendas.

Um ano depois Fleiüss arranhou uma esposa para O Moleque, a Dona Negrinha, que conjuntamente passam a falar da vida da Corte. Perceba-se que tanto O Moleque como Dona Negrinha não têm nomes próprios, mas genéricos numa caracterização de um tipo social, mas o Dr. Semana, além de ter nome que o individualiza, tem um título de doutor. Henrique Fleiüss, encarnado no Dr. Semana, é quem fala ao povo. Esta generalização do povo em torno de tipos – como Moleque e Zé Povo – constituem uma freqüente visão de elite sobre a população pobre.

⁹ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. P.148.

¹⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Henrique Fleiüss: a função cívica e pedagógica da caricatura nas páginas da *Semana Ilustrada***. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. P.155.



Tenho a honra de apresentar aos illustres assignantes do jornal de meu senhor minha mulher D. Negrinha. Espero que se dignarão trata-la com a mesma consideração que me tem tributado até hoje ; e peço desculpa por qualquer falta que possa ter por acaso daqui por diante, visto achar-me ainda entre as doçuras da lua de mel. Os cartões estão se imprimindo ; é a razão por que ainda não os distribui por todos os Illms. Exms. ou Revms. Srs. Assignantes da *Semana Ilustrada*.

11

Figura 2 - O Moleque apresenta sua esposa, Dona Negrinha - *Semana Ilustrada*¹²

A visão de povo parece estar ligada geralmente, na visão republicana, às pessoas que desempenham alguma função na “arquitetura” social, ou seja, têm “utilidade” social. Vagabundos, ladrões, baderneiros não são tidos como o “verdadeiro povo”. *A Aurora Fluminense*, jornal liberal moderado, em irritado discurso contra as pessoas que buscavam acabar com a ordem no Brasil em meio às agitações regenciais, diz que “Meia dúzia de perversos ou de entusiastas irrefletidos não formam a massa do povo”¹³. Em uma visão conservadora, oposta aos republicanos e exaltados, de que o povo brasileiro era, na verdade, pacífico.

¹¹ Lê-se na legenda: “Tenho a honra de apresentar aos illustres assinantes do jornal do meu senhor minha mulher D. Negrinha. Espero que se dignarão trata-la com a mesma consideração que me tem tributado até hoje e peço desculpa por qualquer falta que possa ter por acaso daqui por diante, visto achar-me ainda entre as doçuras da lua de mel. Os cartões estão se imprimindo: é a razão por que ainda não os distribui por todos os Illms. Exms. Ou Revms. Srs. Assinantes da *Semana Ilustrada*”.

¹² *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, Nº50, 24 de novembro de 1861, p.393. Imagem tratada pela autora para melhor visualização.

¹³ PEREIRA, Luisa Rauter. **O conceito político de povo no período regencial brasileiro**. Revista de História Social y de las Mentalidades. Vol 15, Nº1, 2011. P.107.

Ao longo do século XIX, o conceito de povo foi bastante modificado. Do lado positivo, esteve ligado a termos como soberania popular, e pelo lado “negativo”, permaneceu entranhado ao conceito de plebe, gente pobre, ralé, arraia miúda, gentalha. Se no Antigo Regime o povo era visto como uma força abstrata, ahistórica, inerte, durante o século XIX se tornou um ente participante do processo histórico, em marcha para o futuro¹⁴. É possível, pois, relacionar o período de discussões políticas da segunda metade do século XIX – principalmente no aprofundamento do republicanismo – a consolidação do termo “povo”, dando a gente pobre o protagonismo da História.

No caso do Brasil o termo “povo” teve duas vertentes que se contrapuseram desde o período da Regência, quando o conceito se incorporou aos discursos políticos parlamentares e da imprensa até a República. Do lado dos liberais moderados, o termo “povo” foi agregado – como nos discursos de Feijó e Souza Franco – à população brasileira como pacífica e ordeira, já que o processo de Abdicação de D. Pedro I não chegou a uma guerra civil de proporções nacionais. Mas para os liberais exaltados - que darão fomento ao futuro Partido Republicano, apesar de não significar que todo exaltado era republicano¹⁵ – o povo “era fundamentalmente uma força revolucionária que se realizava na cena pública, nas ruas e praças, impondo sua vontade às autoridades e às Assembléias, vistas como lugar de domínio das aristocracias”¹⁶.

Novamente temos aí que o conceito de povo *para os exaltados* está ligado ao de gente pobre livre, visto que a autora considera a aristocracia, as autoridades e os políticos como parte externa ao povo. Desde a Regência,

¹⁴ Id. **Uma História do conceito político de povo no Brasil**. Anais do XXVI simpósio nacional de História da ANPUH, 2011.

¹⁵ Com frequência vemos a associação quase natural entre os liberais exaltados da Regência e o futuro Partido Republicano. Mas essa associação deve ser vista com muito cuidado. É verdade que muitos dos liberais exaltados da década de 1830 eram ou tornaram-se republicanos, mas nem todo exaltado defendia o regime republicano. Na visão de Gladys Sabina Ribeiro, jornais menores como *O Lafuente*, *O Cabrito*, *O Filho da Terra* e *A Filha Única da Mulher do Simplício*, não eram republicanos, apesar de exaltados. Para a historiadora, os exaltados têm em comum a defesa da liberdade, igualdade, cidadania e federação, mas não a república. Ainda assim, considero que tais temas foram essenciais para a discussão republicana que viria a ser formada na década de 1870, já que o Partido Republicano não poderia ter lançado seu Manifesto (aliás, de teor fortemente histórico) sem ter, no passado, conceitos e discussões que o balizassem. Desta forma, concordo com Gladys Ribeiro em não considerar os exaltados como sendo o passado remoto do Partido Republicano, numa visão evolucionista simplória, mas considero que as discussões sobre liberdade, igualdade, cidadania e federação foram fundamentais para as discussões políticas republicanas futuras. RIBEIRO, *Op. Cit.*, P.10.

¹⁶ PEREIRA, *Op. Cit.*, 2011. P.105.

quando o termo se consolida de maneira historicizante, até os primeiros anos da República, há uma continuação da percepção de que o povo é formado pela gente sem poder. Além disso, a relação entre os liberais exaltados (de acordo com o trecho, não são o povo) se dava no espaço público, relacionando-se com os libertos, mestiços e escravos de ganho, seu público alvo¹⁷. Entretanto, está aí uma questão delicada ao tratarmos da visão dos republicanos acerca desse público. David Caldas, jornalista republicano piauiense, refere-se assim à Liberdade (como sinônimo de República, em crítica ao sistema monárquico brasileiro):

Salve, Liberdade, cheia de força; o povo está contigo: bendito é o teu fruto, a igualdade!
És mãe do direito, compadece-te de nós! Resgata-nos!
Ouve, atende e acolhe as nossas rogativas, as nossas orações e as nossas súplicas!
Asilo do desterrado, alegria do cativo, patrimônio do pobre, família do pária, esperança do aflito, força do fraco, fé do moribundo, imortalidade do morto dá-nos a tua graça!¹⁸

A visão exaltada – de maneira mais abrangente, também a vertente radical republicana após 1870-, incluía de maneira universalizante todos os homens livres, independente de “raça” ou renda na concepção de povo. Estes tinham um sentido bem mais inclusivo se comparado com a visão dos três mundos do Império: Povo, plebe e escravos¹⁹. Nesta última visão, o povo é o conjunto dos cidadãos com capacidade de participação política, muito diferente da forma com que os republicanos encararam sua visão de povo. A análise de Nelson Werneck Sodré, comentada por Gladys Sabina Ribeiro, destaca a origem e destinação social dos autores/leitores dos jornais exaltados entre 1831 e 1832

“[...] já se começava a misturar, em relação aos africanos e seus descendentes, a condição de cor e a condição de classe (...). Mas, os elementos todos, aqueles que disputavam agora melhor posição, quando alguns a conquistariam logo, como os ligados ao comércio urbano, os que se rebelavam contra as imposições implacáveis do meio, e que vinham mais de baixo na escala social, o liberto, o artesão, o trabalhador urbano, o pequeno funcionário, e os que lutavam pela manutenção dos privilégios tradicionais, em defesa de sua preeminência social, política, econômica – todos não havia encontrado ainda o instrumento inadequado de luta, a finalidade segura de seus impulsos, nem

¹⁷ Ibid., P.98.

¹⁸ CALDAS apud ARAÚJO, Vinícius Leão. **Belicosas Palavras: o jornalismo político de David Caldas entre 1868 e 1875**. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012. P.6

¹⁹ PEREIRA, *Op. Cit.*, 2011. P.106.

mesmo os caminhos e a forma de preservá-los ou de conquistá-los”²⁰

É importante frisar, portanto, que para os testemunhos e jornais exaltados do século XIX, a visão sobre quem é o povo é muito distinta para os Conservadores. Para a elite conservadora da segunda metade do século XIX “o liberto não tinha hábitos de vida familiar, não se preocupava em acumular bens, era um retardado mental e apresentava tendência para o ócio”²¹. Este pensamento foi bastante explorado pelos primeiros governos republicanos que viam os libertos com a mesma percepção preconceituosa, fundada no medo.

Durante as rebeliões populares da Regência, os discursos que taxavam os movimentos como “facínoras” ou “facção perigosa” opuseram os mais pobres ao conceito de povo. Este último – diziam os liberais da classe dominante – não era violento e desejava a paz assim como o Governo. Tem-se que, essa oposição entre o povo pacífico e os pobres criminosos foi significativa para retirar das classes populares o sentido revolucionário para dá-lo ao tempo. O tempo, somente ele, revoluciona. A evolução gradual do povo rumo à civilização é o verdadeiro mote revolucionário na visão dos conservadores liberais da Regência do Brasil. A ligação entre os exaltados e a gente pobre foi vista, na maior parte das vezes, com medo por parte da elite liberal, ligação que irá se aprofundar após a década de 1870, nosso período de estudo. Esta visão também é compartilhada por Luisa Rauter Pereira, quando analisa a visão do povo pela elite regencial

Era preciso diagnosticar o estado real do povo, o que forçava o reconhecimento da clivagem entre “povo” e “plebe”. A presença desta última – brancos pobres, libertos, mestiços – com suas reivindicações de igualdade econômica, política e racial – trazia o perigo da desordem social e da revolução republicana²².

²⁰ SODRÉ apud RIBEIRO, *Op. Cit.*. P.2009.

²¹ CHALHOUB, Sidney. **Medo Branco de Almas Negras**: Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio. Revista Brasileira de História, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988. P.103.

²² PEREIRA, *Op. Cit.*, 2011. P. 120.

Tido como “perigo”²³, a República aparentava ser a consequência de um governo popular para a elite do período regencial. Para José Murilo de Carvalho, avaliando os primeiros 15 anos do governo republicano, povo eram os trabalhadores rurais e urbanos, operários, artesãos, pequenos proprietários, funcionários públicos de nível inferior, empregados²⁴. Parece ser comum, portanto, entre os historiadores, que a concepção de povo para os republicanos perpassa a ideia do trabalho, de uma ocupação, de uma forma de sobreviver quase unicamente do próprio esforço. Esta concepção, como vimos, é de caráter republicano e não monarquista. Este povo quase braçal esteve ligado aos discursos republicanos. José Murilo, em outro artigo, relata com espanto sua conclusão de pesquisa sobre as conferências radicais instauradas logo após o fim da Revolução Praieira

Surpreendentemente, as conferências se destinavam a animar “a população laboriosa”, isto é, os operários, a concorrer às urnas. Essa revelação, o Partido Liberal dirigindo-se a operários em 1849, é daquelas que nos fazem parar para pensar e, eventualmente, mudar o rumo de nossas pesquisas. Parei diante dela, mas, por enquanto, apenas registrei o espanto²⁵.

O espanto de José Murilo é mais preciso do que se imagina. José Augusto Vinhais, republicano, tinha uma coluna no jornal *O Paiz* para a “organização do trabalho” e Vicente de Souza tinha no jornal *A Democracia* a coluna “O Operário e a República”²⁶. O jornal *A Voz do Povo* conclama a nova República logo em janeiro de 1890 ao dizer que

Novos horizontes se abrem ao povo brasileiro, com o estabelecimento da forma republicana de governo no país (...). O proletariado nacional que até hoje foi apenas uma força

²³ A associação entre a República e os movimentos populares, significando “perigo”, é mais antiga do que se imagina. Na verdade está associada ao surgimento do próprio conceito de República. O surgimento da palavra política (Publica já era usada como sinônimo de coisa comum) foi, exatamente, o de sua queda. Durante o século I A.C. Roma estava passando por profundas mudanças sociais na estrutura da sua sociedade. As províncias subjugadas estavam em um processo de emancipação, a grande rebelião dos escravos liderados por Spartacus deixou os magistrados romanos em pânico e vários movimentos populares – como a Conjuração de Catilina – estavam ameaçando a ordem secular do Senado. Diante desse clima de agitação popular, os grandes líderes militares – em especial Júlio César – utilizaram-se da “Vontade do Povo” para justificar a depreciação das estruturas republicanas. É no contexto do seu exílio e retorno ao Senado sob o consulado de Pompeu que Cícero pensou e escreveu acerca das características da *Res Publica*. DIACOV, V. KOVALEV. **Roma**. In: História do Mundo. São Paul: Fulgor, 1965.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os três povos da República**. Revista da USP, São Paulo, Nº59, P.97.

²⁵ Id. **As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate**. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.21.

²⁶ LEONÍDIO, Adalmir. **O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República**. Revista Diálogos, Vol. 11, Nº1-2, P.203.

anônima, servindo de base a todas as ambições, passou a ser uma força preponderante na sociedade, um elemento de prosperidade, de riqueza e de progresso.²⁷

Em clássico artigo, Sidney Chalhoub demonstra a tese do antagonismo entre os republicanos do Estado – vitoriosos do Golpe de 89, mais inclinados para uma versão conservadora, não-popular de República, herança política dos liberais moderados e do Partido Conservador – e os libertos na cidade do Rio de Janeiro. Defende o historiador – com ampla base documental – de que o novo regime foi perseguidor e hostil a essas parcelas mais pobres da população, principalmente da população negra da Capital. Sua explicação para os motivos desta hostilidade, dentre outros, está na tentativa dos republicanos em transformar aquilo que consideravam “vadiagem” em trabalhadores disciplinados²⁸.

Esta linha de continuidade que liga os republicanos as pessoas trabalhadoras e livres parece indicar uma das razões para a perseguição dos “vadios” no período republicano. No Código Penal de 1890, Capítulo XIII “Dos Vadios e Capoeiras”, artigos que vão do 399 ao 404, o novo ordenamento jurídico prevê a prisão e banimento de pessoas consideradas vadias. A contraposição entre o que se considerava povo – livre, trabalhador, ocupado – subentende-se na análise das prisões nos primeiros anos da República. No período que vai de 1890 a 1916, somente o estado de São Paulo teve três vezes mais prisões que Londres, perfazendo esse número o total de 83,8% de contravenções, ou seja, vadiagem e malandragem²⁹.

Raízes dessa ligação entre republicanos (e exaltados) e trabalhadores podem ser encontradas mesmo após o processo de Independência do Brasil. Com a Constituição de 1824, garantindo a todos os brasileiros livres a possibilidade do voto e da participação política (mediante renda), aprofundou os debates dos liberais exaltados diante das diferenças de oportunidades entre os livres de cor – pretos e pardos – e os homens brancos. De acordo com a análise do surgimento do conceito de raça no país, Hebe Mattos analisa o posicionamento dos liberais exaltados em relação à Carta ao dizer que

²⁷ Ibid., P.206.

²⁸ CHALHOUB, *Op. Cit.*, P.86.

²⁹ PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. Revista Estudos Avançados 13, Nº 35, P.172.

[...] a igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros livres, para além das diferenças de cor, esteve em foco em todas as ocasiões em que a participação popular se fez presente no processo de independência política e empolgou expressivos líderes das elites políticas liberais, em especial entre os exaltados³⁰.

No início do século XIX o Brasil era o país que tinha a maior população livre negra do continente³¹. Essa composição social esteve presente no processo de formação da identidade do “povo” brasileiro. Jornais exaltados do período pós-independência eram comumente chamados de *O Brasileiro Pardo, O Mulato ou O Homem de Cor, O Cabrito*, todos somente no Distrito Federal. Esta imagem é bastante perceptível na edição d’*O Mulato ou o Homem de Cor* em 4 de novembro de 1833, contra a distinção política entre as diferentes classes. Pronunciou-se “Não sabemos o motivo porque os brancos moderados nos não declarado guerra, há pouco lemos uma circular em que se declara que as listas dos cidadãos brasileiros devem conter a diferença de cor, e isso entre homens livres!”³². Gladys Sabina Ribeiro se posiciona sobre a relação entre os exaltados e os pobres

Nesse momento [Década de 1830], é bom lembrarmos que o antilusitanismo tinha sido testado nas ruas e fazia-se elemento de união entre os exaltados e os mais pobres, de forma geral, bem como era um traço de distinção entre esse grupo e os moderados, que após a Abdicação passaram a contar com os capitais e homens lusitanos contra os movimentos mais extremados e que queriam fazer verter o sangue do ex-colonizador, para o qual se reavivou a pecha de absolutista³³.

A construção do povo, dentre os brasileiros livres e trabalhadores, parece ser uma fortíssima oposição a qualquer tentativa de enquadrá-los em uma “cor”. Em 1851, a chamada Lei do Cativo, que regulamentava a instituição do registro civil de nascimento e morte, provocou uma revolta armada em Pernambuco, pois se considerava que as pessoas de cor voltariam a ser escravizadas. De acordo com Hebe Mattos “a igualdade de direitos entre a população livre estava contraditoriamente informada pela distinção concreta e

³⁰ MATTOS, Hebe. **Racialização e cidadania no Império do Brasil**. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. P.359.

³¹ *Ibid.*, P.351.

³² *Ibid.*, P.359.

³³ RIBEIRO, *Op.Cit.*. 2009. P.13.

cotidiana entre cidadãos livres e escravos”³⁴. Apesar disso, o N^o4 do jornal *O Homem de Cor*, conclamou todos os mulatos para aderirem a seu partido³⁵. *O Filho da Terra* ressaltava o espírito democrático que o Brasil deveria ter³⁶, e *A Filha Única da Mulher do Simplicio* – na voz de um(a) jornalista exaltado(a)³⁷ – indignava-se com o desprezo aos pobres, como afirma Gladys Sabina Ribeiro, o(a) autor(a) considerava que

Esses brasileiros haviam sido criados convivendo com os males, com a tristeza e com a pobreza, porém que trabalhavam, tal qual ela trabalhava e tinha tido bom Pai, embora isso não a eximisse de ter sido agrilhoadada quando tomou como dote a “preciosa vida”, lutou e foi atraídoada por “mandões”. Assim, chama atenção a referência a um certo patriotismo, que acusa o governo de D. Pedro e dos moderados de nada fazerem pelos mais pobres, o que nos faz reportar ao mesmo discurso que existia no forte constitucionalismo popular da época da Independência³⁸.

Na discussão sobre quem é o povo para os republicanos resta a sensação de uma exclusão – ou deliberado esquecimento – do elemento escravo. Como temos visto, o povo na visão republicana é aquele que tem a possibilidade de lutar por direitos ou de ser um possível cidadão caso seja instaurada a República. Diante dessa visão, o homem livre trabalhador surge como a parcela da população que nem usufrui dos privilégios do regime monárquico, mas também não é castrado em direitos, como o escravo. De forma alguma estamos negando aqui o protagonismo empenhado por muitos escravos em favor da sua própria liberdade e na luta por sua cidadania. Entretanto, na visão da época, a constante necessidade do homem livre de cor em diferenciar-se do cativo produziu nos discursos políticos – não somente republicanos – um estranhamento arraigado no par de binômios: Monarquia-Escavidão, República-Liberdade.

De acordo com Denise Moura “o homem livre de cor defrontava-se com o impasse de ser legalmente livre, mas precisar constantemente ostentar sinais

³⁴ MATTOS, *Op.Cit.* P.367.

³⁵ RIBEIRO, *Op.Cit.*, 2009. P.11.

³⁶ *Ibid.*, P.14.

³⁷ Não se sabe se o autor do jornal era homem ou mulher, por isso minha opção por não excluir o gênero feminino.

³⁸ *Ibid.*, P.16.

que o distinguisse de um cativo”³⁹. Ser dono de escravos, estar religiosamente casado ou ostentar uma farda eram algumas das formas encontradas para diferenciar-se. Além disso, a utilização do termo trabalho como sinônimo de liberdade retirou dos escravos a condição de trabalhadores⁴⁰. O cativo, na visão republicana de época, não era nem cidadão e nem trabalhador e, portanto, não podia ser parte do povo. A conclusão de Sílvia Hunould Lara parece indicar uma conclusão acerca da historiografia sobre a escravidão e o trabalhismo no Brasil: a influência da visão de época dos republicanos sobre o povo acabou por legar ao futuro uma clivagem entre o escravo “não-sujeito” e o trabalhador como “verdadeiro povo”, ao dizer que

Aparentemente coniventes com o espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagaram da história social do trabalho do Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não foi considerado parte do universo dos trabalhadores, também o ex-escravo foi excluído. Passaram a ser vistos como uma massa de “trabalhadores” nacionais indolentes e apáticos (na visão dos teóricos do final do século XIX) ou de anômicos e desajustados à modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão: “trabalhadores” que não trabalham, ou então “trabalhadores” que são incapazes de trabalhar... por isso desapareceram, literalmente, da História⁴¹.

Uma reflexão precisa ser feita antes que continuemos. Primeiramente, o movimento republicano que a partir da década de 1870 se desenvolve no Brasil foi tudo, menos unânime. Essa ressalva é necessária ao analisarmos o nosso tema em questão, que é a aproximação entre os republicanos e o povo. Necessária porque não foi o Partido Republicano, como um *todo uno*, que teve uma posição homogênea, mas a sua parcela mais radical, a que *não* foi vitoriosa com o Golpe de 1889, e que esteve ao longo das décadas preocupada em trazer a opinião e a força dos pobres para as parcelas republicanas.

Neste emaranhado de visões, a posição republicana quanto aos escravos vai variar substancialmente ao longo do tempo e da região. É verdade que o Partido Republicano de São Paulo utilizou-se de uma ambiguidade deliberada para evitar posicionar-se claramente, mas não podemos estender esse

³⁹ MOURA, Denise A. Soares de. **Escravidão, cidadania e direitos no oitocentos**. Anais do XXIII Encontro Nacional da ANPUH, Londrina, 2005. P.4.

⁴⁰ LARA, Silva Hunould. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. Proj. História, São Paulo, (16), fev. 1998, p.28.

⁴¹ Ibid, p.38.

comportamento para o conjunto de todos os republicanos, pois estaríamos aí incorrendo no erro de achar que, por exemplo, os republicanos positivistas do Partido Republicano de Pernambuco posicionavam-se igualmente, o que não foi o caso. Além disso, a própria relação desse “povo” livre e trabalhador com os escravos também se modifica conforme o movimento abolicionista se aprofunda. Tentar escolher um lado e defendê-lo a todo custo não me parece ser a alternativa mais madura aqui, mas considerar que o movimento republicano foi muito mais além do PR de São Paulo, que não traduz, nem de longe, a efervescência política do final do Império.

Nossa tese aqui é a de que, apesar de derrotada, a propaganda republicana popular foi eficiente em atribuir valores cidadãos junto aos mais pobres, influenciando a história da cidadania brasileira. Segundo, essa relação se modifica – como qualquer relação na História – ao longo das décadas, principalmente após a Guerra do Paraguai e o movimento abolicionista, que traz para a concepção de “povo” a perspectiva de integração do escravo, *pelos parcelas radicais*. Desta forma, concordo com o ponto de vista de Gladys Sabina Ribeiro ao analisar a atuação dos exaltados que “abordavam a questão dos livres de toda sorte, inclusive dos mulatos, dos homens de cor livres, entremeadas sempre pela discussão sobre direitos e a cidadania a que estes teriam direito.⁴²”. Esta relação será fundamental para a investigação acerca da participação da propaganda republicana no processo de cidadania dos mais pobres na Primeira República.

Devemos considerar que a visão republicana sobre o povo tem suas distinções de acordo com cada doutrina. Os positivistas, de acordo com José Murilo de Carvalho, “davam [importância] à raça negra, por eles consideradas superior à branca, e à incorporação dos índios e dos proletários à nação brasileira”⁴³. O primeiro degrau da Igreja Positivista do Brasil, fundada em 1881, é justamente o “proletariado”. Décio Villares, pintor positivista, foi o único a retratar os negros brasileiros na constituição do que se pensava como povo, em sua *Epopéia Africana no Brasil*⁴⁴, subsidiada pelo governo de Deodoro da

⁴² RIBEIRO, *Op.Cit.*, 2009. P.22.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo : Cia das Letras, 1990. P.84.

⁴⁴ Não existem reproduções da tela para visualização.

Fonseca, por meio do Ministério da Cultura de Benjamin Constant, recebendo um valor de 8\$000 através do decreto 444/90 de 31 de maio de 1890. A obra ficou inacabada após sua morte e ficou imortalizada pela obra de Miguel de Lemos e Teixeira Mendes intitulada “*A Epopéia Africana no Brazil do Sr. Décio Villares: adesão motivada e apelo ao povo brasileiro*”.

O subsídio do primeiro governo republicano a obra – no mesmo mês da Abolição – não deixa de ser curioso. Se por razões ideológicas ou por necessidade de aproximação com o povo, a questão é que a obra de Décio Villares foi uma das poucas, senão a única, que tentou trazer para o novo regime a identificação com a população negra do país. Outra referência entre a república e uma tentativa de representação negra foi a bandeira hasteada por José do Patrocínio na Câmara Municipal de São Cristóvão entre os dias 15 e 19 de novembro de 1889. Esta bandeira, desenhada em homenagem a Lopes Trovão no seu regresso em 1888, foi guardada pelo Clube Tiradentes, ou Clube Lopes Trovão, que tinha no retângulo das estrelas o fundo preto, por sugestão de Fávila Nunes, em homenagem a raça negra⁴⁵.

A poesia também é um indicativo de como os republicanos viam o povo. Castro Alves, que faleceu em 1871, tinha duas causas para sua poesia social: a abolicionista, pela qual é imortalizado, e a causa da república, pela qual é pouco conhecido. Um curioso poema escrito três anos antes de morrer, a propósito da agitação exaltada no ano simbólico da formação do Partido Liberal de 1868, escreveu *Palavras de um Conservador a Propósito de um Perturbador – Paráfrase de V. Hugo*

[...]
*Verdades santas há de origem tão divina
 Que devem sustentar-se até na guilhotina.
 Este inovador pregava a filosofia
 Do amor e do progresso... histórias... utopia!
 Ria do nosso culto antigo e namorado.
 Era um destes p'ra quem nada existe de sagrado
 Nem respeitam jamais o que o mundo respeita...
 P'ra lhes inocular doutrina assaz suspeita
 Ele ia procurar nos bordéis crapulosos,
 Boieiro e pescador, patifes biliosos,*

⁴⁵ Ibid., P.111.

*Imundo povilhéu não tendo eira nem beira...
 E entre canalha tal pregava de cadeira.
 Jamais se dirigia aos homens de dinheiro,
 Aos sábios, aos honrados ao honesto banqueiro.
 [...]
 E tudo isto era dito assim em meio à rua,
 A uma canalha vil, grosseira, imunda e nua.⁴⁶*

O poema acima foi dedicado a Jesus de Nazaré, último verso em que se identifica a relação cristã. Entretanto, esse poema está inserido dentro da última fase do autor, que é sua fase política, escrita durante o processo de subida dos conservadores ao poder – daí seu título. A “paráfrase de V. Hugo” também faz referência à Revolução Francesa, inclusive na referência à guilhotina, de forma que foi intenção de Castro Alves fazer a correlação entre idealistas da república – criticados no texto por sua mistura com o “povilhéu” por um personagem conservador anônimo. Parece ser uma visão comum, a partir dos liberais exaltados e depois com os propagandistas republicanos de linha radical⁴⁷, que o povo era constituído de seus cidadãos livres, trabalhadores, que dependem de si próprios para sobreviver. Vê-se pelo poema de Castro Alves que “homens de dinheiro”, “sábios”, “honrados” (poderiam ser da nobreza?), e até o “honesto banqueiro” não eram parte do povo, demonstrando a constante relação entre povo-trabalho. Gladys Sabino Ribeiro, analisando os processos referentes ao STF e da Justiça Federal, demonstrou que uma das grandes aspirações republicanas – o Habeas Corpus – foi utilizado na Primeira República, muitas vezes, como medida de ações visando à valorização “do trabalho e o direito de trabalhar”⁴⁸.

Esta análise sobre a relação entre classes trabalhadoras e a formação da república já foi ressaltada em 1964 na coletânea *História Nova do Brasil*, ao delimitar os primeiros que “compreende artesões e operários que trabalham nas cidades, e escravos, servos, colonos e assalariados que trabalham nos campos. Sua participação ainda é pequena, mas não é nula como pretendem alguns. Nos

⁴⁶ ALVES, Castro. **Poesias de Castro Alves**. Volume 2. Rio de Janeiro : Conduto, 1971. P.18-22.

⁴⁷ Existiam republicanos liberais de linha americana, notadamente em São Paulo, que não compartilhavam desta visão, mas que não são o foco da nossa atenção por não terem se empenhado na propaganda junto ao povo...

⁴⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal**. Revista Tempo, 2008. P.115.

tempos difíceis do início da República ocorrerão greves operárias de cunho político”⁴⁹. Eduardo Silva, analisando o público reclamante na coluna das Queixas do Povo no *Jornal do Brasil*, concluiu que este se dividia entre 21 a 29% de trabalhadores e 70 à 78% de moradores de comunidades pobres entre 1900 e 1910. Os primeiros – na visão do historiador – também incluíam pequenos comerciantes e prostitutas, mas principalmente de trabalhadores do Estado, policiais, vendedores ambulantes, operários do transporte urbano, empregadas domésticas e da construção civil⁵⁰.

É aceitável que o número de reclamantes trabalhadores vinculados às queixas da coluna seja inferior ao número de moradores, mas esta era a configuração da população da época, onde suas esposas, irmãs, avós e filhos integravam os outros 70%. Mesmo na visão de um jornal em oposição ao regime republicano instituído, a visão do que era o povo constituía-se, a favor ou contra, na relação entre os trabalhadores e a República. Assim que o artigo publicado em 17 de novembro de 1889 no *Correio do Rio* logo se posicionou “Com a libertação do povo brasileiro, deu-se o mesmo que com a libertação da raça negra. (...) Nada alterado. Em tudo, apenas a agitação do despertar e a alegria dos trabalhadores, ao alvorecer, enchendo o campo iluminado com o hino triunfal do trabalho.⁵¹”.

O Mequetrefe, jornal ilustrado que não se dizia republicano, apesar de sê-lo, foi o único periódico a associar, na visão de Aristeu Lopes⁵², o índio ao renascimento da pátria republicana. Nos jornais *Revista Ilustrada* e *Semana Ilustrada* a figura do índio remete ao passado, a monarquia, em decorrência do movimento romântico, mas para *O Mequetrefe*, associava-se a formação do povo brasileiro. Em publicação de 12 de abril de 1879, expressa na imagem que “Daqui há anos ele, como novo Cristo, ressurgirá dos mortos e subirá até a altura dos Estados Unidos e trabalhará para a unificação dos povos, pela remissão da miséria, pelo trabalho e extinção da ignorância pela instrução”.

⁴⁹ Cf. FELIZARDO, Joaquim. **História nova da República Velha**: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930. Petrópolis : Vozes, 1980. p.18. A coletânea História Nova do Brasil, publicada em 1964, teve como colaboradores Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes.

⁵⁰ SILVA, *Op. Cit.*, 1988. P.53.

⁵¹ *Correio do Rio*, 17 de novembro de 1889. Citado por SILVA, 2011, P.193.

⁵² LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “**O dia de amanhã**”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. Revista História (São Paulo), Vol. 30, Nº2, 2011. P.249.

Temos, novamente, a associação entre o que era considerado povo para os republicanos e a exaltação da ideia do trabalho.

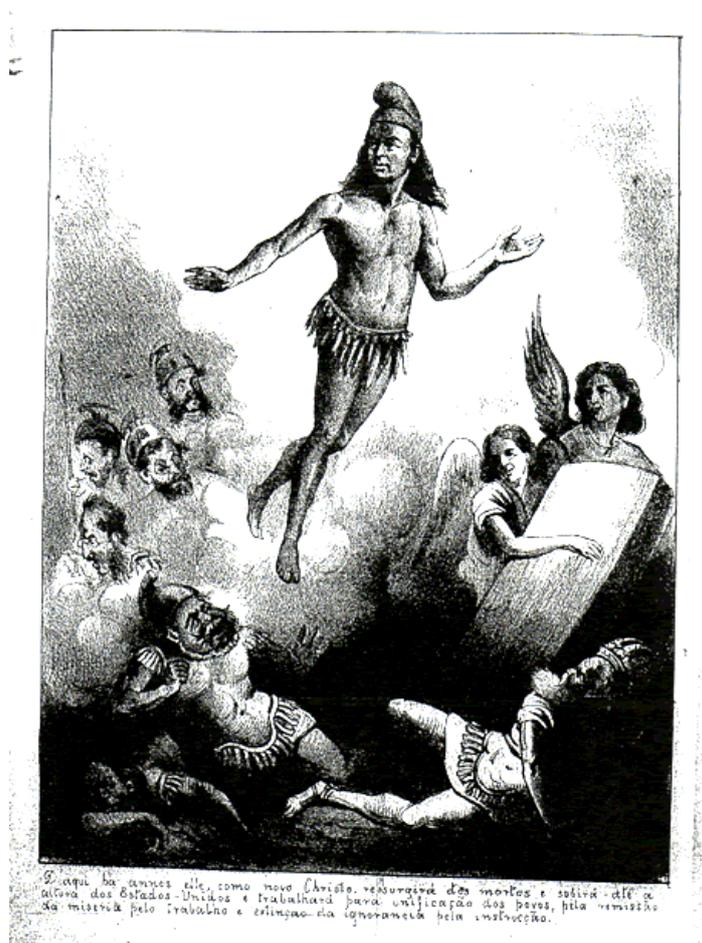


Figura 3 - A Ascensão do Índio no Brasil, Jornal o Mequetrefe⁵³

A partir da década de 1870, a literatura nacional buscou aproximar-se das representações mais realistas da sociedade brasileira. A já conhecida obra de Aluísio de Azevedo, *O Mulato*, escrito em 1881, foi uma das mais cruentas tentativas de expor os preconceitos raciais e a corrupção do clero. Azevedo foi o autor mais lido do seu tempo⁵⁴, estudado por suas relações com o positivismo, o anticlericalismo e, o que nos interessa neste trabalho, a República⁵⁵. Maria Bárbara, sogra do tio de Raimundo, protagonista, “dava nos escravos por hábito

⁵³ Ibid., P.250.

⁵⁴ MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913): o verdadeiro Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1988.

⁵⁵ ALMEIDA, Leandro Thomaz de. **Apontamentos iniciais para uma investigação sobre o papel da moral nos romances naturalistas brasileiros**. Anais do SETA, N°4, 2010.

e gosto”⁵⁶ e o Padre Diogo, amante de sua mãe, dizia que tinha “superiores mais negros que as nossas cozinheiras”⁵⁷. Azevedo retratou a sociedade maranhense com toda a arbitrariedade e violência inerente à sociedade escravista, expôs o preconceito generalizado e pinta um quadro de sociedade atrasada e avessa ao progresso.

Mas não é só isso que importa para compreender a visão distinta entre o povo e a elite mais abastada, a própria obra de Azevedo foi recebida de maneiras distintas. Críticos o chamaram de audacioso, ignorante, mandaram-lhe “plantar batatas”, pois o país precisa mais de “braços e não de prosas em romance”⁵⁸, assim como foi recebido com aplausos pela corte. A vida de Raimundo reverberou no cotidiano e no pensamento da sociedade brasileira dividida com a questão da escravidão. De acordo com Leonardo Affonso de Miranda Pereira, “fosse por choque ou reflexão, ficava claro que os literatos brasileiros ostensivamente voltavam seu olhar para as ruas, tirando delas matéria para sua arte”⁵⁹.

Eduardo Silva, apesar de defender em *As Queixas do Povo* uma adesão monarquista dos populares na Primeira República, reconhece que houve variadas formas de combate político pela opinião da gente pobre. A oposição entre gente trabalhadora pobre e os escravos parece ser revelado, novamente, no caso do Padre Trindade. Diz ele que

Padre Trindade, um mulato “prazenteiro” que dizia missa na igreja de Santo Cristo dos Mulatos, por exemplo, era republicano e pregava o novo regime “às escâncaras”, mas – e quem garante é ainda o Delegado Reis – não era homem de esconder “canhemboras”, isto é, escravos fugidos⁶⁰.

Mas é com a década de 1880 que os literatos se tornaram mais que simples escritores. Eles encabeçaram a luta pelo reconhecimento das parcelas sociais alijadas da arte e, conjuntamente, na luta pelo progresso e contra a monarquia. É bastante relevante que, assim como vimos com a poesia, com o

⁵⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A realidade como vocação: literatura e experiências nas últimas décadas do Império**. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009. P.290.

⁵⁷ *Ibid.*, P.291.

⁵⁸ *Ibid.*, P.292.

⁵⁹ *Ibid.*, P.297.

⁶⁰ SILVA, *Op. Cit.*, 1988. P.72.

jornalismo, com os caricaturistas e com os políticos que também os prosadores tenham estado imbuídos de uma concepção semelhante entre a necessidade de associar a luta pela República com a aproximação do povo. Leonardo Pereira os analisa assim

Tal necessidade [construção de uma sociedade moderna e civilizada] resultou, por um lado, no combate empreendido pela maior parte deles [os literatos] à escravidão e à monarquia, vistas como incompatíveis com o futuro que projetavam para a nação. [...] À luta pela abolição e pela república somava-se, dessa forma, a uma preocupação com o povo que constituiria o país que desejavam ver construído⁶¹.

A conclusão a que chegou o autor não é difícil de entender. Por que constantemente associaram-se republicanos e o povo, tido como a classe trabalhadora? Creio que essa associação está ligada com a formação da sociedade imperial através de privilégios. Sendo republicanos, seria contraditório que defendessem as classes que formavam o regime que pretendiam ver desmanchado. Desta forma, os não-privilegiados – sendo privilegiados, entre os muitos, os nobres, empresários ricos, clero, elite letrada, jornalistas, apadrinhados de maneira geral – eram tidos como o povo, a quem a república precisava “recompensar” por séculos de exclusão. Assim como a contraposição entre “privilégio” e “mérito”, sendo este último bandeira republicana, perpassa a ideia do esforço, da labuta, do talento, da superação, da igualdade e do trabalho. Literatos como Valentim Magalhães, Filinto de Almeida, Raimundo Corrêa e Aluísio de Azevedo reuniram-se em 1885 para fundar *A Semana*, com o objetivo de “transformar a multidão em povo”⁶².

A revista teve duração curta, mas fez com que muitos deles se direcionassem a outro tipo de literatura: a crônica. Este gênero, que foi inaugurado por romancistas como José de Alencar em meados do século XIX, tornou-se uma das linhas editoriais mais difundidas pelos jornais. Baseando-se em práticas e costumes de grupos iletrados, os escritores passaram, na década de 1880, a não escrever para o povo, mas sobre o povo. Em crônica escrita de 1888, Raul Pompéia dedicou sua pena à festa da Penha, considerada uma das mais populares do Império⁶³. O resultado dessa dedicação acabou sendo a

⁶¹ Ibid., P.301.

⁶² Ibid., P.302.

⁶³ Ibid., P.304.

infantilização do povo, visto como valoroso, mas ingênuo, necessitando da inspiração iluminada dos letrados para atingir a civilização.

Desta forma, compreendemos a lamentação do jornal *A Opinião Liberal*, órgão radical, escrito em 27 de abril de 1869

Quiséramos ver neste recinto [conferências públicas], onde a verdade política é pregada com franqueza, aqueles que mais sofrem e que, entregues aos seus trabalhos diários, não têm tempo para estudar e pensar detidamente sobre os negócios públicos. Infelizmente, as conferências radicais até hoje se têm passado, em geral, no meio de homens ilustrados⁶⁴.

Ressentidos com este problema, o Partido Republicano criado um ano e meio após este desabafo, tentou de variadas formas suprir esta falha, aproximando seus conferencistas e publicitários cada vez mais em direção ao povo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro Thomaz de. **Apontamentos iniciais para uma investigação sobre o papel da moral nos romances naturalistas brasileiros**. Anais do SETA, N°4

ALVES, Castro. **Poesias de Castro Alves**. Volume 2. Rio de Janeiro : Condução, 1971

CALDAS apud ARAÚJO, Vinícius Leão. **Belicosas Palavras: o jornalismo político de David Caldas entre 1868 e 1875**. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo : Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate**. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Os três povos da República**. Revista da USP, São Paulo, N°59

⁶⁴ CARVALHO, *Op. Cit.*, 2007. P.29.

CHALHOUB, Sidney. **Medo Branco de Almas Negras: Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio.** Revista Brasileira de História, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988

FELIZARDO, Joaquim. **História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930.** Petrópolis : Vozes, 1980

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Henrique Fleiüss: a função cívica e pedagógica da caricatura nas páginas da Semana Ilustrada.** In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). Repensando o Brasil dos Oitocentos. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009.

LARA, Silva Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil.** Proj. História, São Paulo, (16), fev. 1998

LEONÍDIO, Adalmir. **O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República.** Revista Diálogos, Vol. 11, N°1-2

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **“O dia de amanhã”: A República nas páginas do periódico ilustrado O Mequetrefe, 1875-1889.** Revista História (São Paulo), Vol. 30, N°2, 2011

MATTOS, Hebe. **Racialização e cidadania no Império do Brasil.** In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). Repensando o Brasil dos Oitocentos. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913): o verdadeiro Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1988.

MOURA, Denise A. Soares de. **Escravidão, cidadania e direitos no oitocentos.** Anais do XXIII Encontro Nacional da ANPUH, Londrina, 2005.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres.** Revista Estudos Avançados 13, N° 35

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A realidade como vocação: literatura e experiências nas últimas décadas do Império.** In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009

PEREIRA, Luisa Rauter **Uma História do conceito político de povo no Brasil.** Anais do XXVI simpósio nacional de História da ANPUH, 2011.

PEREIRA, Luisa Rauter. **O conceito político de povo no período regencial brasileiro.** Revista de História Social y de las Mentalidades. Vol 15, N°1, 2011.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal.** Revista Tempo, 2008

RIBEIRO, Pedro Krause. **O “povo” na retórica da charge: Zé Povinho e Zé povo na Imprensa Luso-Brasileira (1875-1907)**. Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2009.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. **Representações dos populares nas revistas ilustradas**. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-Rio, 2008.